

A BREVE TRAJETÓRIAPOLÍTICA DE PLÍNIO RAMOS COELHO O GOLPE MILITAR DE 1964 NO AMAZONAS

João Rozendo Tavares Neto¹

RESUMO: Neste trabalho, pretendo fazer uma breve apresentação e, conseqüentemente, análise do político amazonense Plínio Ramos Coelho, desde seu ingresso na vida política, ao assumir uma vaga como deputado estadual constituinte, até o momento de sua prisão, depois de ter seu mandato de governador cassado e seus direitos políticos suspenso por dez anos, por determinação do presidente Castelo Branco.

PALAVRAS-CHAVE: Amazonas; golpe militar; Plínio Coelho; política.

ABSTRACT: In this work, I intend to do a short presentation and, consequently, the analyze of the Amazonense politician Plínio Ramos Coelho, since of his entrance in the policy life, to assume a vacancy as a state constituent deputy, until the moment of his prison, after getting his mandate of governor canceled and his political rights suspended for ten years, for determination of the president Castelo Branco.

KEYWORDS: Amazonas; military coup; Plínio Coelho; policy.

PLÍNIO RAMOS COELHO: UMA BREVE BIOGRAFIA

É inegável que Plínio Ramos Coelho, entre a segunda metade da década de 1940 e o início do ano de 1964, foi uma das principais forças políticas do Estado do Amazonas. Sua atuação como liderança do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, ao longo desse período, foi marcada por inúmeras vitórias políticas, desacordos internos dentro do PTB, confrontos duríssimos com seus opositores, e relações ora amistosas, ora conflituosas com várias representações sindicais. Enfim, essa foi sem dúvida uma época de muitos acontecimentos na vida política não apenas de Plínio Coelho, mas do Amazonas.

Nesse sentido, refletir acerca da figura desse político petebista ganha uma significativa importância, uma vez que estamos falando da principal liderança petebista no Amazonas, naquele momento, além de ter sido o governador do Estado por duas oportunidades, sendo a segunda exatamente no início da década de 1960. Ou seja, Plínio Ramos Coelho governava o Estado do Amazonas quando ocorreu o golpe militar de 1964, e o mesmo buscou de várias formas se manter como chefe do executivo, essas ações do governador para permanecer no cargo intensificaram o já instável momento político pelo qual atravessava o Estado.

¹ Doutorando em História, Política e Bens Culturais do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas (PPHPBC – FGV - CPDOC). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, pelo Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Instituições fora do Estado do Amazonas – PROPG – CAPES - FAPEAM.

Plínio Ramos Coelho nasceu em 21 de fevereiro de 1920 na cidade de Humaitá (AM), filho de Francisco Plínio Coelho e de Ana Ramos Coelho. Seu irmão, Paulo Ramos Coelho, foi senador entre 1962 e 1963 e deputado federal pelo Amazonas entre 1963 e 1967. Estudou no Colégio Dom Bosco, no Ginásio Amazonense, na Escola de Comércio Solon de Lucena, todos situados em Manaus. Formou-se professor pelo Instituto de Educação e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Amazonas. “Foi, ainda, membro da Associação Amazonense de Professores, da Associação Amazonense de Imprensa, da Academia Amazonense de Letras e da Academia Amazonense de Letras Jurídicas”. (CARVALHO, 2002, p. 162). É importante destacar que sua eleição para a Academia Amazonense de Letras ocorreu em abril de 1963, todavia, assumiu apenas em março de 1984.

Ao longo de sua trajetória profissional, Plínio Coelho exerceu o ofício de advogado, atuando ativamente junto aos sindicatos dos trabalhadores marítimos, dos gráficos e dos portuários. Trabalhou também como escrivão da vara Privativa do crime, além de ter desenvolvido atividades jornalísticas como proprietário-redator dos jornais “O Trabalhista” e “A Gazeta”. “Depois de disputar e não vencer o pleito eleitoral para o governo do estado em 1982, dedicou-se ao magistério, atuando como Professor da Faculdade de Direito do Amazonas, aposentando-se posteriormente. Faleceu em Manaus no dia 05 de agosto de 2001”. (SANTOS, 1997, p. 131).

TRAJETÓRIA NA POLÍTICA AMAZONENSE

O ano de 1947 marcou o início de sua carreira política, em janeiro deste referido ano, realizaram-se eleições diretas para escolha de governadores, terceiro senador e seu suplente, suplentes de senadores que haviam sido eleitos em 1945, deputados federais e deputados estaduais que comporiam a Assembleia Estadual Constituinte. Foi exatamente para o cargo de deputado estadual constituinte que Coelho foi eleito. Depois de terminados os trabalhos na Assembleia, a nova Constituição do Estado do Amazonas foi promulgada², assim, “esses deputados passaram a exercer mandato ordinário”. (QUEIRÓS, 2016, p. 50). Nessas eleições de 19 de janeiro de 1947, o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB formou coligação com a União Democrática Nacional – UDN, indicando o nome do petebista Leopoldo Amorim da Silva Neves para concorrer ao governo do Estado. Neves foi eleito governador, derrotando o candidato do Partido

2 Essa Constituição do Estado do Amazonas foi promulgada em 14 de julho de 1947.

Social Democrático – PSD, Rui Araújo, rompendo, assim, com o domínio do grupo político de Álvaro Botelho Maia, principal liderança do PSD no Estado e que esteve à frente da chefia do governo do Amazonas durante todo o período do Estado Novo.

Todavia, essa aliança entre PTB e UDN foi cara aos petebistas, pois os udenistas fizeram maioria na Assembleia ao elegerem quinze deputados contra apenas cinco do PTB e, com isso, passaram a pressionar o governo de Leopoldo Neves. Essa relação entre o governo de Neves e a bancada da UDN na Assembleia gerou um intenso conflito entre os membros do PTB, o que resultou numa fissura dentro do partido. De um lado, os apoiadores do governador Leopoldo Amorim da Silva Neves, de outro, uma facção que passou a fazer oposição ao governador, acusando-o de ceder em demasia aos interesses da bancada udenista. Plínio Coelho não era apenas a principal voz dentro desse grupo oposicionista que ficou conhecido como a “ala jovem do PTB”. (SANTOS, 1997: 131), mas presidente dessa ala dissidente. (A CRÍTICA, 1950, p. 1). A postura adotada por Coelho à frente da “ala jovem” petebista contribuiu significativamente para sua ascensão política no Estado e em outubro de 1950 foi eleito deputado federal. Nessa mesma eleição, se confirmou o retorno de Álvaro Maia ao governo do Amazonas, portanto, o PSD governaria o Estado pelos próximos quatro anos. Vale destacar, que além da união com o Partido Democrata Cristão – PDC, o PSD de Maia contou com o apoio da ala dissidente do PTB. (JORNAL DO COMERCIO, 1950, p. 1). Porém, logo no início do governo pessedista, a ala dissidente do PTB passou para a oposição, assim, Álvaro Maia passou a sofrer constantes ataques de Plínio Coelho e seu grupo político.

Ao longo desses anos de governo Álvaro Maia, a oposição exercida pela ala dissidente petebista foi se tornando cada vez mais ferrenha, seu presidente Plínio Coelho não economizava nas críticas ao governo. Com isso, seu nome foi ganhando cada vez mais expressão e força dentro do partido, mesmo sendo de uma ala dissidente. Dessa maneira, Plínio acabou tendo seu nome indicado para concorrer ao governo do Amazonas nas eleições que seriam realizadas no dia 03 de outubro de 1954. Realizado o pleito, Plínio Coelho derrotou Rui Araújo, do Partido Social Democrático (PSD), que disputou a eleição numa coligação composta, além do PSD, pelos seguintes partidos: União Democrática Nacional (UDN), Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Trabalhista Na-

cional (PTN). O outro candidato foi José Francisco da Gama e Silva, do Partido Social Progressista (PSP).

Ao apresentar sua primeira mensagem aos deputados estaduais na Assembleia Legislativa, Plínio Coelho fez duras críticas ao governo anterior de Álvaro Maia, iniciando com a declaração de que encontrou o Estado numa realidade constrangedora, acusando Maia de ter administrado de forma autoritária, atuando em benefício das oligarquias, “além de ter arruinado com as finanças do Amazonas, que, segundo o governador, foi atirado ao caos administrativo-financeiro”. (MENSAGEM, 1955, p. 1). Alegando que as condições financeiras do Estado eram gravíssimas, Coelho comunicou à Assembleia que teve que adotar medida extrema de cortes. Segundo ele:

Fui obrigado, assim, a cortar na própria carne, exonerando centenas de servidores públicos: no DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM – 740, no INSTITUTO PASTEUR – 15, no DEPARTAMENTO DE SAÚDE – 22, na DIRETORIA DE TERRAS – 3, no DEPARTAMENTO DE ÁGUAS – 14, na IMPRENSA OFICIAL – 124, na SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS – 30, sem ódios e sem espírito de vingança, motivo por que determinei o despedimento através o critério do tempo de serviço, ferindo amigos e inimigos políticos. (MENSAGEM, 1955, p. 6).

Durante seu governo, Plínio Coelho, além de adotar essa política de cortes de funcionários e de gastos, defendeu efusivamente a bandeira de organização do Estado. De acordo com o jornal Diário da tarde, “Plínio destacava a urgência em moralizar a máquina pública. Nesse sentido, propôs uma plataforma que estaria ancorada em quatro ações fundamentais; paz, moralidade, justiça e progresso”. (DIÁRIO DA TARDE, 1955, p. 1). Ao abrir a sessão legislativa de 1956, Plínio Coelho destacou que o “primeiro ano da administração trabalhista foi de moralização, com inquéritos abertos e demissões feitas como forma de dar o exemplo para os administradores de hoje e de amanhã”. (MENSAGEM, 1956, p. 5).

Segundo o historiador César Augusto Queirós, “além da questão da moralização dos órgãos do governo, Plínio Coelho iniciou um programa nacionalista, estatista e popular em cuja administração as lideranças sindicais eram convocadas a participar ativamente”. (QUEIRÓS, 2016, p. 53). Durante esse

governo, Coelho incentivou a industrialização no Estado através de políticas públicas que exortassem a participação não apenas do capital nacional, mas também estrangeiro. De acordo com sua mensagem:

Por isso, através de legislação especializada, revigoramos e ampliamos os favores constitucionais conferidos às indústrias nascentes que acaso fossem instaladas no Estado, em convite, destarte, aos capitais nacionais e estrangeiros que aqui desejassem, conosco, imprimir novos rumos à nossa economia, fazendo-nos abandonar a famigerada caça à droga do sertão. (MENSAGEM, 1958, p. 7).

O governador apostava que era chegada a hora de superar a eterna dependência da economia extrativista, não por acaso, ao longo desse governo, Plínio Coelho implantou inúmeras empresas estatais, dentre elas: “papelamazon, alimentamazon, transportamazon, sendo que, ainda nesse contexto, foi criado em 1958 o Banco do Estado do Amazonas”. (MENSAGEM, 1958, p. 9).

Para César Queirós, houve um desgaste e enfraquecimento político, ocorridos durante o primeiro governo de Coelho, que tiveram influência no momento de sua deposição em junho de 1964. De acordo com esse historiador, “os fatores e as rivalidades locais se somaram aos elementos da conjuntura nacional e resultaram em sua deposição”. (QUEIRÓS, 2016, p. 56). Saliento que concordo em partes com as colocações do autor. Houve de fato um desgaste ao longo do governo, principalmente com a elite local ligada à economia extrativista, que não viu com bons olhos a política de industrialização empregada por Coelho, assim como, as inúmeras demissões promovidas por sua gestão. Todavia, é importante lembrar que Plínio Coelho, em 1958, conseguiu fazer o seu sucessor ao governo, Gilberto Mestrinho, depois Coelho voltou a ser eleito em 1962 para governar o Amazonas, contando com maioria esmagadora na Assembleia Legislativa durante o período em que esteve à frente do governo. Dessa forma, não me parece razoável falar em enfraquecimento político. Por fim, acredito que a deposição de Plínio Coelho, em junho de 1964, foi resultado de uma determinação do presidente Castelo Branco, com influência dos embates entre o governador e os representantes da política local ocorridos naquele momento histórico e, não, como resultado dos entraves ocorridos durante seu primeiro governo, como concluiria Queirós.

Como mencionado no parágrafo anterior, Plínio Coelho conseguiu eleger seu sucessor do PTB ao governo do Amazonas, nas eleições de outubro

de 1958. Assim, Gilberto Mestrinho chegava ao poder, garantindo a continuidade da política trabalhista, sobretudo, com o estreitamento das relações entre o seu governo e as lideranças sindicais do Estado. Em um determinado momento de seu governo, Mestrinho rompeu a aliança com Plínio Coelho por conta de desacordos dentro do PTB, contudo, logo restabeleceram a união e atuaram juntos em torno da candidatura de Coelho ao governo do Estado nas eleições que seriam realizadas no dia 07 de outubro de 1962. Com a vitória sobre o candidato Paulo Nery, do PSP, Plínio Ramos Coelho retornava ao Palácio Rio Negro³.

Em sua segunda passagem pelo governo do Amazonas, Coelho, diferentemente do que havia feito na primeira, foi se distanciando dos movimentos sindicais ao longo do ano de 1963, inclusive adotando ações mais radicais, como podemos observar nas palavras do escritor amazonense Paulo Figueiredo:

Vários líderes sindicais e estudantis foram presos no segundo governo de Plínio Coelho e dizia-se que alguns chegaram a ser submetidos a pesados constrangimentos. Antogildo Pascoal Viana, presidente do Sindicato dos Estivadores, vira e mexe, experimentava a prisão e suas consequências. (FIGUEIREDO, 2013, p. 74).

Essa radicalização foi aumentando entre o final do ano de 1963 e início de 1964, principalmente, contra o Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, secção Amazonas, que passou a ser um dos, senão, o principal alvo das ações do governo de Plínio Coelho. O combate ao CGT - AM se tornou questão de prioridade do governo, como se nota nesse trecho da mensagem governamental apresentada à Assembleia em março de 1964.

A partir de setembro último, o famigerado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Diretamente ou por intermédio de entidades sindicais, tentou a realização de diversas reuniões públicas de caráter subversivo em solidariedade a greves ilegais, acerbadamente condenadas por Vossa Excelência e pela consciência jurídica do país.

Em obediência às diretrizes traçadas por Vossa Excelência, objetivando a preservação da paz social e garantia das instituições democráticas; e ainda considerando não possuir o tal CGT a devida personalidade jurídica, sendo notoriamente conhecido, em todo o território nacional como órgão de natureza espúria ilegal a serviço do imperialismo comunista, tão somente de agitação social e incen-

3 Sede do governo do Estado do Amazonas durante o período de 1918 a 1995.

tivo à luta de classe pela violência, crime êste definido art. 12, da lei nº 1802, de 5.1.63 (Lei de Segurança do Estado). No uso do poder de polícia determinamos ao Dr. Chefe de polícia não permitir êsses movimentos populares que visam à subversão da ordem jurídica constituída e o atentório da sobrevivência do regime do povo, pelo povo e para o povo.

Mercê destas providências preventivas e pulso férreo de Vossa Excelência conseguimos manter, em nosso Estado, clima de tranquilidade, segurança, paz e trabalho. (MENSAGEM, 1964, p. 9).

No entanto, em março de 1964, buscando demonstrar total apoio às reformas de base que seriam anunciadas pelo presidente da república, o petebista João Goulart, no comício do dia treze, o governo de Plínio Coelho, através da assessoria sindical do Palácio Rio Negro, lançou uma campanha chamada “Semana de apoio às reformas de base”, em que convocava todos os trabalhadores e frentes sindicais do Amazonas a participarem dos eventos que ocorreriam nos dias 13, 15, 17 e 20 daquele referido mês. (A GAZETA, 1964, p. 1). O assessor sindical do Palácio Rio Negro, Walter Ypiranga da Rocha, assinou nota de convocação que circulou por vários jornais da cidade de Manaus, nela a assessoria “indicava que estava realizando intensos contatos com os trabalhadores e seus legítimos representantes, ou seja, os dirigentes sindicais”. (A GAZETA, 1964, p. 1).

Vários sindicatos manifestaram, através da divulgação de notas na imprensa local, que participariam do comício de encerramento, o qual seria realizado no dia vinte, porém, a grande maioria das notas publicadas deixava claro que a presença dos trabalhadores no evento se fazia necessária por conta da importância da causa em questão e não pela ação do governo de Plínio Coelho em promover tal evento. O Comando Geral dos Trabalhadores do Amazonas – CGT □ AM, fez questão de enfatizar “que apoiava irrestritamente às lutas pelas reformas propostas pelo presidente Goulart, apesar de terem sido impostas repressões aos trabalhadores” (O JORNAL, 1964, p. 1), numa clara referência à repressão imposta pelo governo de Coelho.

Plínio não compareceu ao comício do dia 13 de março, Aldévio Praia que o representou, “alegou que o governador encontrava-se enfermo”. (A GAZETA, 1964, p. 1). Já no evento de encerramento, ocorrido no dia 20, Coelho proferiu um discurso manifestando seu completo apoio às reformas e ao

presidente João Goulart, apontando que o Brasil precisava de três importantes reformas, como destacou o jornal A Gazeta do dia seguinte:

O governador Plínio Coelho, no seu pronunciamento firme, disse que o Brasil precisa de três importantes e urgentes reformas, ou seja: no capítulo constitucional das inelegibilidades, permitindo que o analfabeto vote e que o presidente João Goulart se candidate à reeleição; a reforma educacional antes da reforma agrária, “pois no país o que há mais é analfabeto, por culpa dos governos que não lhes dão escolas para o povo educar-se e viver condigna e igualmente aos sábios, aos educados; e, finalmente, a que modificaria o capítulo constitucional das delegações de poderes ao presidente, para que possa agir tranquilamente sem esperar o resultado da morosidade do congresso. (A GAZETA, 1964, p. 1).

Plínio Coelho sugeriu ao público presente no comício de encerramento que Jango pudesse ter a legitimidade constitucional para se reeleger, sinalizando franco apoio ao presidente da república. Essa postura de apoio do governador para com o presidente não durou para além dos primeiros dias de abril, ou seja, sua conduta solidária com Goulart foi instantaneamente abandonada com os imediatos desdobramentos do golpe militar de 31 de março de 1964.

PLÍNIO RAMOS COELHO E O GOLPE MILITAR DE 1964 NO AMAZONAS

Quando o presidente João Goulart foi deposto, Plínio Coelho encontrava-se no Rio de Janeiro e logo buscou, por meio do jornal A Gazeta, declarar apoio a Jango, com a manchete “Plínio fiel a João Goulart recomenda no Rio calma ao povo amazonense”. O referido jornal reproduziu o comunicado feito pelo governador por meio de uma cadeia radiofônica liderada pela rádio nacional, em que Plínio dizia, dentre outras coisas: que se manifestava ao lado do presidente João Goulart, referindo-se aos movimentos que estavam ocorrendo “como subversivos e que o povo amazonense mantivesse a calma e a confiança na ação patriótica de Goulart, que saberia reprimir com pulso forte mais esta tentativa de golpe contra as instituições constitucionais”. (A GAZETA, 1964, p. 1). No dia seguinte, 02 de abril, o deputado estadual Anfremon Monteiro, que era presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, e estava na condição de governador em exercício durante a ausência de Plínio Coelho, emitiu um comunicado por recomendação do próprio Coelho, em que afirmava o compromisso do governo do Amazonas com o princípio constitucional de respeito à autori-

dade constituída. O comunicado terminou com o “pedido de calma ao povo, solicitando que os amazonenses evitassem qualquer tipo de manifestação”. (A GAZETA, 1964, p. 1).

Já no dia 03 de abril, Anfremon Monteiro enviou telegrama a Raineri Mazzilli em que, falando em seu nome pessoal e no do governador Plínio Coelho, “congratulava-o por haver sido investido no elevado posto de primeiro magistrado da nação, e que o mesmo pudesse exercer com êxito sua atribuição naquele momento de avanço da democracia no país”. (JORNAL DO COMERCIO, 1964, p. 1). Como podemos observar, a posição de Plínio Coelho e de seus aliados mais próximos mudou rapidamente. Imediatamente, reconheceram como legítima a confirmação de Mazzilli como presidente da república. Destarte, afidelidade que Coelho dizia ter por João Goulart no dia 1º de abril foi abandonada sem qualquer constrangimento, agora o governador do Amazonas havia mudado de lado e o que até poucas horas atrás Plínio Coelho chamava de golpe, passou a ser denominado por ele de revolução.

Em audiência realizada no dia 06 de abril com o ministro da guerra, o General Costa e Silva, o governador amazonense reforçou o discurso de amparo ao movimento revolucionário, sobretudo, após o General ter afirmado que o Exército e a União “necessitavam do apoio incondicional do governo do Amazonas”. (A GAZETA, 1964, p. 1). Depois dessa audiência com o ministro da guerra, Plínio Coelho passou a manifestar mais intensamente sua anuência e mesmo exaltação ao movimento que destituiu Jango do poder. Logo que retornou ao Amazonas, no dia 09 de abril, Coelho afirmou que “a revolução fez resurgir um Brasil mais autêntico e liberto da pequena minoria, que queria implantar em nosso país um regime comuno-sindical-castrista e que o movimento não era uma quartelada, e sim o que existia de mais puro para derrubar a anarquia”. (JORNAL DO COMERCIO, 1964, p. 1).

Ainda no mês de abril, como forma de demonstrar total sintonia com o governo federal, Plínio Coelho determinou a “instauração de uma comissão para investigar sumariamente as atividades dos servidores estaduais de qualquer categoria ou condição, fossem eles civis ou militares, acusados de terem atentado contra a segurança do Brasil ou contra o regime democrático”, por exemplo. (JORNAL DO COMERCIO, 1964, p. 1). O decreto foi assinado no dia 24 e a comissão começou a atuar na tarde do dia 29 de abril, como mostra o jornal A Gazeta:

A Comissão de Inquérito designada pelo Governador do Estado e constituída dos srs. Mirtyl Levy, Secretário do Interior e Justiça, Carlos Genésio, chefe de polícia, e Alfredo Barbosa, Comandante da polícia militar do Estado, para investigar a ação subversiva de servidores do Estado, começará a atuar esta tarde, no gabinete do titular do DESP, ouvindo primeiramente funcionários subordinados à Secretária do Interior e Justiça. (A GAZETA, 1964, p. 1).

Plínio Ramos Coelho buscava de todas as formas se manter à frente do governo do Amazonas, suas ações visavam deixar claro para os novos representantes do poder federal que o Estado estava em plena conexão com os preceitos do que chamavam de revolução, mais que isso, Coelho declarou durante um evento de posse de alguns novos secretários da administração local, que “seu governo havia sido o precursor do movimento revolucionário ao pedir o fechamento da CGT e da PUA, além de não admitir greves políticas e reuniões subversivas”. (O JORNAL, 1964, p. 1). Como forma de lançar alguma luz para tentar compreender as motivações que levaram Coelho a adotar esse comportamento político, recorremos às reflexões do historiador Serge Berstein, que aponta que a “hipótese das investigações sobre a cultura política, uma vez adquirida pelo homem adulto, constituiria o núcleo duro que informa sobre as suas escolhas em função da visão do mundo que traduz”. (BERSTEIN, 1998, p. 359-360). Nesse sentido, Berstein indica que essa cultura política adquirida pelo homem seria resultante de uma série de experiências vividas e elemento determinante da ação futura. Acredito que essa tenha sido a principal tendência assumida por Plínio Coelho ao longo de seu segundo mandato como governador, sobretudo, após os desdobramentos imediatos do golpe de 1964.

Enquanto Plínio Coelho procurava manter-se à frente do governo estadual, seus opositores na Assembleia Legislativa articulavam-se para, em torno de um pretense pedido de Impeachment, promover a deposição do governador. Segundo noticiou o Jornal do Comércio, no dia 15 de maio ocorreu uma movimentação fora do comum na Assembleia Legislativa e que em toda a cidade comentava-se que a Assembleia iria decretar o impedimento do governador do Estado. “Essa agitação na casa legislativa ocorreu justamente um dia depois de jornais do Rio de Janeiro indicarem os governadores Plínio Coelho e Petrônio Portela como os próximos a serem atingidos pelo Ato Institucional”. (JORNAL DO COMERCIO, 1964, p. 1). Nesse dia, o governador amazonense não se encontrava no Estado, estava a caminho de Brasília, com escala no nordeste,

segundo declaração do próprio Coelho, para visitar familiares em Fortaleza e Recife.

Plínio Coelho retornou imediatamente a Manaus e logo convocou uma reunião com a bancada que o apoiava. Depois de mais de duas horas reunidos no gabinete do governador, no Palácio Rio Negro, “o chefe do executivo fez um pronunciamento ao povo através de uma cadeia formada por três emissoras (Baré, Rio Mar e Difusora)”. (O JORNAL, 1964, p. 1). Em sua fala, Coelho fez um balanço de sua atuação como governador desde a primeira vez em que dirigiu o Estado, na década de 1950, depois explicou os motivos de seu retorno imediato. Por fim, enfatizou que reconheceria a perda de seu mandato apenas por meio de determinação do presidente da república e que, portanto, “enquanto não houvesse ato do presidente, reagiria de mão armada a qualquer cerceamento de seu direito e que estava pronto para defender o seu mandato”. (JORNAL DO COMERCIO, 1964, p. 1).

O governador do Estado do Amazonas estava confiante de que Castelo Branco iria preservar seu mandato, porém, no dia 13 de junho, o presidente emitiu decreto com a deposição de Plínio Ramos Coelho. Com a manchete “Morto o mandato vive o líder: um dia a história fará a sua justiça”, o jornal A Gazeta assim divulgou a notícia da deposição de Coelho:

Com a tranquilidade somente possível àqueles que nada temem e têm a consciência tranquila do dever cumprido, o governador Plínio Coelho recebeu, à tarde de ontem, a notícia oficial de que o presidente Castelo Branco, em ato assinado no dia anterior, havia cassado o seu mandato de governador constitucional do Amazonas, eleito a 3 de outubro de 1962, e ainda determinando a suspensão de seus direitos políticos por dez anos. (A GAZETA, 1964, p. 1).

Plínio Ramos Coelho estava se dirigindo para o estádio General Osório, onde presidiria a abertura do VIII Festival Folclórico do Amazonas, no dia 14 de junho, quando tomou conhecimento de que havia sido deposto. Ainda assim, manteve a programação e proferiu o seu discurso na abertura do festival. Ao encerrar sua fala, Coelho acompanhou o Tenente-Coronel José Alípio de Carvalho, comandante do 27º B. C., até a residência do Comandante da Guarnição Federal de Manaus. Lá estava o General Jurandir Bizarria Mamede, comandante da 8ª região militar e comandante militar da Amazônia, que veio

diretamente do Rio de Janeiro para oficialmente comunicar Plínio Coelho de sua deposição. Depois de uma breve conversa, “Plínio Coelho foi oficialmente comunicado de sua cassação e da suspensão de seus direitos políticos por dez anos”. (A GAZETA, 1964, p. 1). Na mesma noite, o presidente da Assembleia Legislativa, Anfremon Monteiro, assumiu o governo do Estado em caráter provisório. O presidente Castelo Branco indicou o nome de Arthur César Ferreira Reis para assumir o governo do Amazonas. “Depois de ser confirmado por meio de eleição indireta na Assembleia Legislativa, Arthur Reis tomou posse no dia 27 de junho”. (A GAZETA, 1964, p. 1).

Cassado e com os direitos políticos suspensos, Plínio Coelho passou a atacar diariamente o governo de Arthur Reis, principalmente, por meio dos jornais de sua propriedade, A Gazeta e o Trabalhista. O jornal A Gazeta, por exemplo, passou a publicar artigos assinados pelo jornalista Miranda Braga, em que qualquer ato do governador era duramente criticado. Além desses artigos, o jornal destacava inúmeras matérias, afrontando e desafiando o governador Arthur Reis. Plínio Coelho direcionou sua artilharia de críticas e questionamentos cotidianos para toda e qualquer determinação do governador. Estava publicamente declarada a guerra entre o ex-governador e o atual.

Diante desse intenso enfrentamento, no dia 10 de agosto, Plínio Coelho sofreu um duro golpe, sua prisão foi decretada e no início da noite as forças policiais foram até sua residência para levá-lo preso. Coelho estava sendo acusado de ter recebido cinco milhões de cruzeiros, a título de bonificação. Segundo os inquéritos instaurados pela Comissão Estadual de Investigações, “essa importância recebida por Coelho se deu por intermédio do ex-secretário de Economia e Finanças Aldo Moraes”. (A CRÍTICA, 1964, p. 1). Além da prisão de Plínio Coelho, o governador Arthur Reis “determinou a interdição da Assembleia Legislativa do Estado e o fechamento da redação e das oficinas dos jornais O Trabalhista e A Gazeta”. (A CRÍTICA, 1964, p. 1).

O ex-governador foi conduzido até a polícia civil e de lá encaminhado para a penitenciária central do Estado. Logo nas primeiras horas do dia seguinte, o Palácio da Justiça foi ocupado por soldados, por ordem do governador Arthur Reis, sendo que o mesmo recuou de sua determinação, mandando desocupá-lo algumas horas depois. “Por conta dessa agitada movimentação, o habeas corpus impetrado pela defesa de Coelho foi concedido às 14:45h”. (O TRABALHISTA, 1964, p. 1). Todavia, ao levar a ordem de soltura para o Dire-

tor da Penitenciária, o mesmo havia se deslocado para o Palácio Rio Negro para não ter que cumprir a ordem judicial. Mediante todo imbróglio, o Tribunal de Justiça determinou que o governador Arthur Reis teria duas horas para atender a decisão. Reis, por sua vez, alegou que não poderia cumprir tal determinação, “pois Plínio Coelho já havia sido entregue às autoridades militares por força de um mandato de prisão expedido pelo Tenente-Coronel Alípio de Carvalho”. (O TRABALHISTA, 1964, p. 1).

Depois de muitas idas e vindas, Plínio Ramos Coelho foi solto às 14:45h do dia 12 de agosto, depois de passar por interrogatório no quartel do 27º B.C. Em seguida, contrariado com os desdobramentos do caso, “o governador Arthur Reis apresentou o seu pedido de renúncia, mas logo o revogou”. (DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA, 1964, p. 1). De acordo com o jornal O Trabalhista, o governador exigia um novo pedido para que Coelho fosse preso novamente, sendo que “esse novo pedido de prisão foi o preço exigido por Arthur Reis para permanecer à frente do governo. (O TRABALHISTA, 1964, p. 1). Plínio Coelho, ao tomar conhecimento de tal exigência, se refugiou em um esconderijo em Manaus, vindo a aparecer somente por meio de uma entrevista articulada por seus amigos com um enviado do jornal O Globo, do Rio de Janeiro. No dia 19 de agosto, tanto o jornal A Gazeta, quanto O Trabalhista, publicaram na íntegra o conteúdo dessa entrevista em que Coelho apresenta o seu ponto de vista acerca do contexto político.

Em função da suspensão de seus direitos políticos, Plínio Coelho ficou afastado do cenário político amazonense, seu retorno à atuação partidária ocorreu apenas em 1979, com o fim do bipartidarismo, filiando-se ao novo PTB, Coelho assumiu a vice-presidência do partido no Amazonas. Em 1982, concorreu ao governo do Estado, mas foi derrotado pelo ex-governador Gilberto Mestrinho que naquele momento pertencia ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Depois dessa tentativa frustrada de retornar ao governo, Plínio Coelho passou a lecionar na Faculdade do Amazonas, onde se aposentou. Como mencionado na parte inicial desse trabalho, Plínio Ramos Coelho faleceu em Manaus, no dia 05 de agosto de 2001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Plínio Ramos Coelho foi uma das principais forças da história política recente do Estado do Amazonas. Desde seu surgimento na vida política, como deputado estadual, Coelho demonstrava ser uma pretensa liderança den-

tro PTB amazonense, e isso foi se confirmando a partir do momento em que assumiu o comando de uma ala dissidente do partido, insatisfeita com a postura do governador petebista Leopoldo Neves. Daí por diante, sua ascensão foi inevitável, eleito deputado federal e governador por duas vezes, Plínio Coelho se consolidou como a principal força do PTB no Estado do Amazonas entre a segunda metade da década de 1940 e início dos anos de 1960. Portanto, é impossível analisar esse período da história do Amazonas sem discutir sua atuação política.

Compreender a dinâmica das relações políticas no Amazonas, no momento anterior, durante e imediatamente posterior ao golpe de 1964, não é tarefa das mais simples. Nesse sentido, tentar seguir os rastros de uma importante liderança política da época como Plínio Ramos Coelho, nos possibilitou algumas possíveis reflexões que pudessem trazer à luz questões fundamentais para compreensão do golpe militar no Amazonas e seus desdobramentos.

Refletir sobre o papel desempenhado por Coelho enquanto liderança petebista naquele contexto de incertezas e discórdias constantes é, sobretudo, desafiador. Plínio Coelho não representou uma liderança qualquer; foi firme ao encabeçardissensão dentro do partido, articulado ao ascender na vida pública, mediador de conflitos quando necessário, autoritário quando lhe interessou, fiel ao presidente da república e pouco depois traidor de conveniência com o objetivo único de salvar seu mandato de governador. Coelho foi um homem de seu tempo, político de convicções imediatistas e alinhado ao comportamento quase que unânime do político brasileiro, buscou se manter no poder por vias diversas e contraditórias, espelhando fielmente o retrado do cenário político amazonense do período aqui abordado.

REFERÊNCIAS

FONTES

A Crítica, Manaus, 12 jan. 1950; 11 ago. 1964.

A Gazeta, Manaus, 12 mar, 14 mar, 21 mar, 1 abr, 2 abr, 7 abr, 29 abr, 15 jun, 27 jun. 1964.

Diário da Assembléia, Manaus, 18 ago. 1964.

Diário da tarde, Manaus, 1 fev. 1955.

Jornal do Comercio, Manaus, 2 ago. 1950; 4 abr, 10 abr, 25 abr, 16 maio, 17 maio 1964.

O Jornal, Manaus, 13 mar, 15 maio, 17 maio 1964.

O Trabalhista, Manaus, 16 ago. 1964.

MENSAGEM do Exm.º Sr. governador do Estado do Amazonas Plínio Ramos Coelho lida perante à Assembleia Legislativa na Sessão de 15 de março de 1955. Manaus: Imprensa oficial, 1955.

MENSAGEM do Exm.º Sr. governador do Estado do Amazonas Plínio Ramos Coelho lida perante à Assembleia Legislativa na Sessão de 15 de março de 1956. Manaus: Imprensa oficial, 1956.

MENSAGEM do Exm.º Sr. governador do Estado do Amazonas Plínio Ramos Coelho lida perante à Assembleia Legislativa na Sessão de 15 de março de 1958. Manaus: Imprensa oficial, 1958.
MENSAGEM do Exm.º Sr. governador do Estado do Amazonas Plínio Ramos Coelho lida perante à Assembleia Legislativa na Sessão de 15 de março de 1964. Manaus: Imprensa oficial, 1964.

Referências

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dirs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

CARVALHO, Almir Diniz de. **Imortais do Amazonas**: Dicionário biográfico. Manaus: Uirapurú, 2002.

FIGUEIREDO, Paulo. **O golpe militar no Amazonas**: crônicas e relatos. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2013.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. O Trabalhismo de Plínio Ramos Coelho e o golpe de 1964 no Amazonas. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 8, nº 15, 2016.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma liderança política cabocla**: Álvaro Maia. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

Data de recebimento: 28/09/2018

Data de aceite: 27/10/2018